



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



**LEI Nº 4.217, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

**L E I:**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior do Poder Executivo Municipal de Santo Ângelo, que é integrado pelos seguintes quadros:

- I – Quadro de Cargos de Provimento efetivo;
- II – Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.

*Parágrafo Único.* O Regime Jurídico dos profissionais do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior é o mesmo do Quadro dos Servidores do Magistério do Município, observadas as disposições específicas desta Lei e nos termos da lei 1.256/90 (Regime Jurídico).

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por Lei, denominação própria, número certo, retribuição pecuniária padronizada, escolaridade e carga horária;

II – categoria funcional: o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituídas de padrões e classes, no caso dos cargos de provimento efetivo, nomeados através de concurso público;

III – carreira: o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção horizontal;

IV – padrão: a identificação numérica correspondente ao valor do vencimento básico dos integrantes das categorias funcionais;

12



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



V – classe: a graduação de retribuição pecuniária dentro da categoria funcional, constituindo a linha de promoção horizontal;

VI – promoção horizontal: a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

*Parágrafo Único.* A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; as peculiaridades dos cargos.

## **CAPÍTULO II**

### **DO QUADRO DOS CARGOS**

### **E PROVIMENTOS EFETIVOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS**

Art. 3º O quadro de cargos de provimento efetivo constituído pelos quadros de servidores de nível fundamental e médio e de servidores de nível técnico e superior é integrado pelas categorias funcionais elencadas no art. 4º e no art. 5º, com o respectivo número de cargos e padrões de vencimento.

#### **SUBSEÇÃO I**

#### **DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE**

#### **NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E TÉCNICO**

Art. 4º Integram o Quadro Funcional de Nível Fundamental, Médio e Técnico:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:			01/04/2018	01/01/2019	01/05/2019
DENOMINAÇÃO FUNCIONAL	CATEGORIA	N.º DE CARGOS	PADRÃO	PADRÃO	PADRÃO
Agente Administrativo		60	05	05.1	05.1
Agente Municipal de Fiscalização de Transporte		30	05.2	05.2	05.2
Agente Tributário		10	05	5.1	5.1
Artesão		06	03	03	03
Atendente		40	03	03	03
Atendente de Farmácia		09	03	03	03
Auxiliar de Biblioteca		30	05	05	05
Auxiliar de Consultório Dentário		10	04	04	04
Auxiliar de Secretaria		50	05	05	05
Carpinteiro		07	03	03	03
Cozinheira		80	03	03	03



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Eletricista	10	04	04	04
Ferreiro	05	03	03	03
Fiscal	05	04	05	05
Fiscal Ambiental	06	05.1	05.1	05.2
Fiscal de Obras e Posturas	15	04	05	05
Fiscal Sanitário	10	05.1	05.1	05.2
Fiscal Tributário Nível I	03	05	05	05
Gerente de Saúde	02	05.1	05.1	05.1
Instalador	04	03	03	03
Interprete de Libras	07	05	05	05
Mecânico	02	04	04	04
Monitor de Saúde e Assistência	18	03	03	03
Monitor Escolar para Educação Infantil	70	05	05	05
Motorista	60	04	04	04
Operador de Máquina	50	04	04	04
Operário	200	03	03	03
Padeiro	04	03	03	03
Pedreiro	30	03	03	03
Pintor	10	03	03	03
Servente	150	03	03	03
Técnico Ambiental	02	05	05	05
Técnico em Agropecuária	06	05	05	05
Técnico em Contabilidade	30	05	05.1	05.1
Técnico em Enfermagem	50	05	05	05
Técnico em Informática	10	05	05	05
Técnico em Radiologia	06	05.1	05.1	05.1
Técnico em Segurança do Trabalho	05	05	05.1	05.1
Telefonista	08	04	05	05
Tesoureiro	02	05	05.1	05.1
Vigilante	50	03	03	03

## SUBSEÇÃO II DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Art. 5º Integram Quadro Funcional de Nível Superior:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:			01/03/2018
DENOMINAÇÃO FUNCIONAL	CATEGORIA	Nº DE CARGOS	PADRÃO
Administrador		15	09
Advogado		12	09



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Santo Ângelo**



Analista de Compras	03	09
Analista de Sistemas	04	08
Arqueólogo	01	08
Arquiteto	05	09
Arquivista	02	09
Assistente Social	14	07
Bibliotecário	03	09
Biólogo	01	09
Biomédico	02	08
Cirurgião – Dentista	14	06
Contador	05	09
Economista	01	09
Enfermeiro	27	07
Engenheiro Agrônomo	02	08
Engenheiro Ambiental	02	09
Engenheiro Civil	15	09
Engenheiro Elétrico	02	09
Engenheiro Florestal	01	09
Engenheiro Sanitarista	01	09
Farmacêutico	08	08
Fisioterapeuta	06	06
Fiscal Tributário Nível II	02	09
Fonoaudiólogo	03	08
Instrutor de Libras	02	06
Médico	20	06
Médico Cirurgião Geral	02	06
Médico Clínico Geral Plantonista	20	06
Médico do Trabalho	04	09
Médico Pediatra	03	06
Médico Pediatra Plantonista	01	06
Médico Psiquiatra	03	09
Médico Traumatologista	02	06
Médico Veterinário	04	08
Nutricionista	06	07
Procurador	02	10
Psicólogo	21	07
Psicopedagogo	02	08
Químico	01	09
Tecnólogo em Gestão Ambiental	01	09
Terapeuta Ocupacional	01	06
Topógrafo	05	08

§1º O quadro de enquadramento funcional dos cargos de provimento efetivo, com a nomenclatura e padrão do cargo existente e a nova nomenclatura e padrão respectivo, bem como,



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



os cargos novos criados na presente Lei, estão elencados no quadro de cargos constantes no ANEXO VII.

§2º Fica em extinção do atual Quadro os Cargos de Agente Administrativo Auxiliar – P-04; Assessor Administrativo – P-03; Auxiliar de Enfermagem – P-04; Chapeador – P-02; Digitador – P-02; Mestre de Obras – P-04; Operador – P-05; Operário Especializado – P-01; Programador – P-05; Engenheiro Operacional – P-08, criados no artigo 3º da Lei nº 1.259 de 09 de julho de 1.990, com redação dada pela lei nº 1.280 de 25 de julho de 1.990 e alterações.

### SUBSEÇÃO III DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE DE NÍVEL MÉDIO e Técnico – ESF

Art. 6º Integram o Quadro Funcional de Nível Médio e Técnico - ESF:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:				01/03/2018
DENOMINAÇÃO FUNCIONAL	CATEGORIA	N.º DE ARGOS	DE C	PADRÃO
Auxiliar de Consultório Dentário – ESF		15		11
Técnico em Enfermagem – ESF		15		11

### SUBSEÇÃO IV DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR – ESF

Art. 7º Integram o Quadro Funcional de Nível Superior - ESF:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:				01/03/2018
DENOMINAÇÃO FUNCIONAL	CATEGORIA	N.º DE ARGOS	DE C	PADRÃO
Médico – ESF		15		14
Cirurgião Dentista – ESF		15		13
Enfermeiro – ESF		17		12

### SEÇÃO II DAS ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

h



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Art. 8º As especificações das categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, são as diferenciações de cada uma relativamente às atribuições, o grau de responsabilidade, bem como a complexidade e às qualificações exigíveis para o provimento dos cargos.

Art. 9º A especificação de cada categoria funcional deverá conter:

- I – denominação da categoria funcional;
- II – padrão numérico;
- III – descrição sintética a analítica das atribuições;
- IV – condições de trabalho, incluindo a carga horária semanal e outras específicas;
- V – requisitos para provimento, abrangendo o nível de formação, a idade e outros requisitos especiais de acordo com as atribuições do cargo.

Art. 10 As atribuições dos cargos funcionais criadas pela presente Lei são as que constituem o Anexo I e Anexo II, que é parte integrante desta Lei.

### **SEÇÃO III DO RECRUTAMENTO DE SERVIDORES**

Art. 11 O recrutamento para os cargos efetivos far-se-á na classe inicial de cada categoria funcional, mediante concurso público, nos termos disciplinado no Regime Jurídico dos Servidores do Município.

*Parágrafo Único.* No recrutamento para os cargos efetivos será exigido a idade mínima de 18 (dezoito anos).

Art. 12 O servidor que por força de concurso público, for provido em novo cargo integrante de outra categoria funcional, será enquadrado na classe “A” da respectiva categoria, iniciando nova contagem de tempo de exercício para fins de promoção horizontal.

### **SEÇÃO IV DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA**

#### **SUBSEÇÃO I DA PROMOÇÃO HORIZONTAL**

Art. 13 A promoção horizontal será realizada dentro da mesma categoria funcional, mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 14 Cada categoria funcional terá cinco classes, designada pelas letras A, B, C, D, E e F sendo esta última a classe final da carreira.

*[Handwritten signature]*



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Art. 15 Cada cargo se situa dentro da categoria funcional, inicialmente na Classe “A” e a ela retorna quando vago.

Art. 16 As promoções horizontais obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e ao de merecimento.

Art.17 O tempo de efetivo de exercício para fins de promoção será de:

- I – da Classe “A” para Classe “B”, cinco anos;
- II – da Classe “B” para Classe “C”, cinco anos;
- III – da Classe “C” para Classe “D”, cinco anos;
- IV – da Classe “D” para Classe “E”, cinco anos;
- V – da Classe “E” para Classe “F”, cinco anos;

Art. 18 Merecimento é a demonstração positiva do servidor no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhes são cometidas, bem como pela sua assiduidade e disciplina.

*Parágrafo Único.* A promoção por merecimento será regulamentada por Decreto.

Art. 19 Suspendem a contagem do tempo para fins de promoção por Tempo de Serviço, no ano do exercício em que ocorrer as seguintes situações:

- I – as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;
- II – os períodos de licença para tratamento de saúde no que excederem a 30 (trinta) dias consecutivos ou intercalados, implicará na perda do ano na contagem para mudança de classe, prorrogando automaticamente o período aquisitivo, exceto as moléstias de que trata o art. 24, §5º da Lei nº 3.611/12 (FABS), internação hospitalar, gravidez de alto risco e recuperação pós-cirurgias conforme laudo médico;
- III – os períodos de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, quando superior a trinta dias.
- IV – Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a III deste artigo, retomará a contagem do prazo para promoção no exercício seguinte ao que cessar a causa de suspensão.

Art. 20 A promoção terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo de exercício exigido e implementar os demais requisitos dispostos nesta Lei.

*Parágrafo Único.* Os valores correspondentes às classes não são cumulativos, sendo que o maior exclui o menor.

## SEÇÃO V DOS DEMAIS COMPONENTES DO SISTEMA REMUNERATÓRIO



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



## SUBSEÇÃO I GRATIFICAÇÕES PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE NATUREZA ESPECIAL

Art. 21 Poderão ser concedidas aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo no exercício de atividade de natureza especial as seguintes gratificações, que serão pagas mensalmente:

§1º Gratificação especial pela designação de servidor para compor as seguintes Comissões permanentes:

I - Comissão de Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar e Especial, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

II - Comissão de Estágio Probatório, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

III - Comissão de Análise e Incorporação, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

IV - Comissão de Licitações, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§2º Gratificação especial pela designação de servidor para exercer a função de Pregoeiro, no valor correspondente a 03 (três) Padrões de Referência Municipal – PRM;

§3º Gratificação especial pela designação de servidor para integrar a Equipe de Apoio de Pregão, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§4º Gratificação especial pela designação do servidor titular de cargo de motorista para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Educação na condução de específica de veículo do Transporte Escolar, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal - PRM;

§5º Gratificação especial pela designação do servidor titular de cargo de motorista para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Saúde na condução de específica de veículo do Transporte de pacientes, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§6º As atividades de natureza especial a serem desempenhadas pelos servidores designados e previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo são as descritas no Anexo III, que é parte integrante desta Lei.

Art. 22 Fica vedada a acumulação das gratificações previstas no artigo 21 e descritas no Anexo III, podendo o servidor optar, quando a administração o indicar.

§1º A percepção de quaisquer das gratificações referidas no artigo 21 não exclui o pagamento de horário extraordinário e/ou adicional noturno, quando o servidor preencher os requisitos para a percepção dos referidos acréscimos, na forma da lei.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



§2º Os servidores que forem designados para substituir os membros titulares nas atividades previstas no artigo 21, durante seus impedimentos e afastamentos legais, perceberão o valor da gratificação proporcional ao número de dias da substituição.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DAS GRATIFICAÇÕES PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE NATUREZA ESPECIAL**

Art. 23 A designação e a dispensa do servidor para quaisquer das situações previstas no artigo 21, deverá ser realizada por meio de Portaria.

Art. 24 Fica vedada a percepção das gratificações previstas no artigo 21, por servidores titulares de cargo em comissão.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

## **SEÇÃO I**

### **DO QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Art. 25 É o seguinte o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da administração centralizada do Poder Executivo Municipal:

Nº de Cargos	Simbologia	Denominação	Código de Identificação
01	CC – 7	Chefe de Gabinete	17
01	CC – 6	Assessor Superior	16
01	CC – 6	Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito	16
01	CC – 6	Assessor de Comunicação Social	16
11	CC – 6	Diretor	16
01	CC – 6/FG – 4	Motorista do Gabinete do Prefeito	16
43	CC – 5	Coordenador de Unidade de Secretaria	15
01	CC – 4/FG – 4	Motorista do Gabinete do Vice-Prefeito	14
36	CC – 4	Assessor de Gabinete	14
27	CC – 3	Assessor Administrativo	13
01	FG – 7	Procurador Geral do Município	27
01	FG – 6	Coordenador da Unidade de Assuntos Jurídicos	36
01	FG – 6	Chefe do Setor de Contabilidade	36



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



01	FG – 6	Chefe do Departamento de Compras e Licitações	36
01	FG – 5	Chefe da Tesouraria	35
01	FG – 5	Assessor Jurídico do Departamento de Defesa do consumidor	35
03	FG – 5	Coordenador de Setor Administrativo	35
01	FG – 5	Coordenador da Fiscalização Ambiental	35
01	FG – 5	Coordenador da Fiscalização Sanitária	35
01	FG – 5	Coordenador da Saúde Mental	35
01	FG – 5	Coordenador do Departamento de Manutenção e Controle de Frotas	35
01	FG – 5	Coordenador do Setor de Folha de Pagamento	35
01	FG – 3	Secretário da Junta de Serviço Militar	33
40	FG – 3	Chefe de Setor	33
40	FG – 1	Chefe de Turma	31

§1º Fica criado no quadro de cargos e funções do Poder Executivo Municipal 15 (quinze) cargos de Secretário Municipal, remunerado na forma de subsídio.

§2º Os cargos de Secretário Municipal criados, serão distribuídos na estrutura da Administração Pública Municipal, conforme as necessidades de serviço.

Art. 26 O código de identificação estabelecido para o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas tem a seguinte interpretação:

§1º O primeiro elemento indica que o provimento processar-se-á sob a forma de:

- I - cargo em comissão ou função gratificada, quando representado pelo dígito 1 (um);
- II - cargo em comissão provido, preferencialmente por servidor efetivo, quando representado pelo dígito (2);
- III - função gratificada, quando representado pelo dígito 3 (três);

§2º O segundo elemento indica o nível de vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada.

§3º A preferência de que trata o §1º, II, deste artigo somente poderá deixar de ser observado se inexistir servidor;

- I – com formação específica exigida para o desempenho do cargo;
- II – com perfil profissional correspondente às exigências do cargo;
- III – que aceite o exercício do cargo.

§4º Ainda na hipótese do §1º, II, o servidor poderá optar pelo provimento sob a forma de função gratificada, correspondente ao cargo em comissão.

§5º O cargo de Secretário Municipal terá subsídios fixados pela Câmara Municipal, em Lei específica.

*[Handwritten signature]*



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



§6º A Função Gratificada (FG) de Secretário será de 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixado pela Câmara Municipal ao cargo de Secretário.

Art. 27 O provimento das funções gratificadas é privativo de servidor público efetivo do Município ou posto à disposição do Município sem prejuízo de seus vencimentos no órgão de origem.

Art. 28 A distribuição e lotação dos cargos em comissão e das funções gratificadas que trata o artigo 25, estão descritas no ANEXO IV, que é parte integrante desta Lei.

*Parágrafo Único.* Por necessidade e ajuste administrativo, quando necessário, poderá o Poder Executivo realocar a lotação nos órgãos da administração, dos respectivos cargos de provimento em comissão.

## SEÇÃO II

### DAS ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 29 As especificações das categorias funcionais do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas observam o previsto para os cargos de provimento efetivo disposto nos artigos 8º e 9º desta Lei.

§1º As atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas de direção, de chefia e de assessoramento são as previstas no Anexo V, que é parte integrante desta Lei.

§2º A lotação dos titulares dos cargos em comissão e funções gratificadas será estabelecida por Portaria do Executivo Municipal, de acordo com a estrutura administrativa do Município estabelecida no anexo IV da presente lei.

Art. 30 A carga horária para os cargos em comissão será estabelecida de acordo com a especificação das funções constantes do Anexo V, da presente Lei.

Art. 31 O número total de cargos em comissão fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) do total do número de cargos efetivos criados no quadro geral de servidores municipais, incluído o quadro do magistério público.

## SEÇÃO III

### DO PERCENTUAL DE CARGOS EM COMISSÃO A SEREM PREENCHIDOS POR SERVIDORES EFETIVOS



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Art. 32 O percentual mínimo de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos da Administração Municipal, nos termos do inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, é fixado em 5% (cinco por cento) do total dos cargos em comissão, criados por esta lei, considerados inclusive os que tenham sido instituídos sob a forma alternativa de função gratificada.

§1º Serão computadas para efeito do atendimento do percentual mínimo o qual trata o *caput*, as designações para funções gratificadas que tenham sido criadas em paralelo a cargos em comissão, constantes no quadro de cargos do art. 25.

§2º Quando a aplicação do percentual fixado neste artigo resultar em número fracionado superior a 0,5 (cinco décimos), a fração será majorada até um inteiro.

§3º Quando a aplicação do percentual fixado neste artigo resultar em número igual ou menor do que 0,5 (cinco décimos), a fração será desprezada.

§4º Fica assegurada ao servidor, conforme sua conveniência, a opção pelo provimento sob a forma de função gratificada da mesma categoria funcional do cargo em comissão.

#### CAPÍTULO IV DAS TABELAS DE PAGAMENTO DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 33 Os vencimentos dos cargos e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos, pelo valor atribuído ao padrão referencial fixado através de legislação específica, conforme segue:

§1º – Cargos de provimento efetivo:

I - Quadro de Nível Fundamental, Médio e Técnico:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
01	3,49	3,52	3,57	4,17	4,35	4,53
02	3,52	3,61	3,70	4,33	4,52	4,72
03	3,60	3,69	4,00	4,64	4,90	5,11
04	3,69	4,00	4,35	5,10	5,32	5,56
05	5,36	5,85	6,37	7,52	7,87	8,26
05,1	5,67	6,18	6,74	7,98	8,35	8,73
05,2	7,14	7,80	8,52	10,11	10,59	11,09



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



II - Quadro de Nível Superior:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
06	6,99	7,62	8,33	9,89	10,35	10,85
07	7,95	8,69	9,50	11,30	11,89	12,38
08	9,05	9,91	10,84	12,89	13,50	14,15
09	10,33	11,31	12,38	14,74	15,45	16,20
10	11,79	12,90	14,14	16,86	17,66	18,53

III – Quadro de Nível Médio e Técnico - ESF:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
11	5,45	5,94	6,48	7,66	8,01	8,39
12	14,35	15,73	17,24	20,58	21,58	22,63

IV - Quadro de Nível Superior - ESF:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
13	20,26	22,23	24,39	29,16	30,59	32,09
14	42,15	46,30	50,88	60,94	63,96	67,12

V – Cargos de provimento em comissão:

PADRÃO	COEFICIENTE
CC-03	4,10
CC-04	6,40
CC-05	9,46
CC-06	13,36
CC-07	16,00
Secretário	SUBSÍDIO

VI – Tabela do Quadro das Funções Gratificadas:

PADRÃO	COEFICIENTE
FG-01	1,70
FG-03	2,05
FG-04	3,20
FG-05	4,73
FG-06	6,68
FG-07	8,00

2



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



§2º Os servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de auxiliar de biblioteca, auxiliar de secretaria, servente e cozinheira, lotados na Secretaria Municipal de Educação e em exercício em escolas consideradas de difícil acesso e provimento, terão direito à gratificação de acordo com a tabela a seguir:

Difícil Provimento I	- Escolas Municipais de Educação Infantil, Modalidade Creche: Armino Utzig e Wilson Gonçalves Ramos.	20% do seu padrão de vencimento básico
Difícil Provimento II	- Escolas Municipais de Ensino Fundamental: Antônio Manoel, Marcelino José Bento Champagnat e Cel. Eurico de Moraes.	20% do seu padrão de vencimento básico
Difícil acesso	Escolas Municipais Sargento Pedro Krinski, Esther Schroeder e Nossa Senhora Aparecida;	30% do seu padrão de vencimento básico
	- Escola Municipal Nossa Senhora dos Navegantes.	40% do seu padrão do vencimento básico

§3º Os valores decorrentes da multiplicação do coeficiente pelo valor do Padrão Referencial Municipal – PRM, serão arredondados para a unidade da moeda nacional vigente.

## CAPÍTULO V

### DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO A FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 34 O servidor público estável, do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior, que concluir nível de formação educacional superior à formação exigida para o cargo do concurso público em que for devidamente investido, terá direito a Gratificação de Formação Educacional, nos percentuais definidos nessa lei, calculados sobre o valor do Padrão Básico do cargo do servidor.

§1º O servidor somente terá direito à gratificação de formação educacional quando a conclusão do curso de formação ou especialização ocorrer após adquirir a estabilidade.

§2º Considera-se adquirida a estabilidade quando o servidor obtiver aprovação no estágio probatório, conforme art. 41, da Constituição Federal.

*h*



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



§3º Para os servidores do Quadro de Nível Superior, a Gratificação de Formação Educacional somente será concedida ao servidor que concluir curso de formação/especialização com correlação direta com o cargo público de provimento efetivo que tenha sido nomeado.

Art. 35 Será considerada como habilitação à Gratificação de Formação Educacional, desde que devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, a conclusão de formação/especialização de:

- I - Ensino Fundamental;
- II - Ensino Médio;
- III - Ensino Superior;
- IV - Pós-Graduação – Especialização Lato Sensu;
- V – Mestrado,
- VI – Doutorado.

Art. 36 A Gratificação de Formação Educacional, não será computada ao padrão de vencimento do servidor, tampouco gerando reflexos patrimoniais sobre as demais verbas recebidas pelo servidor.

Art. 37 A realização de novo curso com mesmo nível de formação/especialização a do curso anteriormente realizado e computado para fins da gratificação, não acarretará novo acréscimo ao salário.

Art. 38 Os servidores do Quadro do Magistério Público Municipal ficam excluídos dos benefícios estabelecidos no art. 34, considerando que são remunerados e regidos por Plano de Carreira próprio da categoria.

Art. 39 Ficam estabelecidos critérios e indexadores para fins de cálculos da Gratificação de Formação Educacional, como segue:

§1º A Gratificação de Formação Educacional será calculada de acordo com os seguintes percentuais:

I – Servidor concursado em nível de Ensino Fundamental Incompleto:

- a) na conclusão do primeiro grau, de 5% sobre seu padrão;
- b) na conclusão do segundo grau, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão do terceiro grau, de 15% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de especialização, de 20% sobre seu padrão;
- e) na conclusão de mestrado, de 25% sobre seu padrão;
- f) na conclusão de doutorado, de 30% sobre seu padrão.

II – Servidor concursado em nível de Ensino Fundamental Completo:

- a) na conclusão do segundo grau, de 6% sobre seu padrão;
- b) na conclusão do terceiro grau, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de especialização, de 14% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de mestrado, de 18% sobre seu padrão;
- e) na conclusão de doutorado, de 22% sobre seu padrão.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



III – Servidor concursado em nível de Ensino Médio e Técnico:

- a) na conclusão do terceiro grau, de 7% sobre seu padrão;
- b) na conclusão de especialização, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de mestrado, de 13% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de doutorado, de 16% sobre seu padrão.

IV – Servidor concursado em nível de Ensino Superior:

- a) na conclusão de especialização, de 8% sobre seu padrão;
- b) na conclusão de mestrado, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de doutorado, de 12% sobre seu padrão.

§ 2º Os percentuais da gratificação de formação educacional previstos nesse artigo não são cumulativos.

§ 3º A concessão de adicional superior fará cessar o valor do adicional inferior.

§ 4º A Gratificação de Formação Educacional tem caráter remuneratório, incidindo contribuição previdenciária sobre os percentuais previstos nesse artigo.

§ 5º Os critérios e indexadores da gratificação de formação educacional são independentes.

§ 6º Não existe escalonamento nos incisos IV, V e VI, do art. 35 dessa Lei, sendo que a conclusão de um desses cursos não é pré-requisito para a conclusão de outro curso elencado nos incisos mencionados.

Art. 40 O servidor somente terá direito à Gratificação de Formação Educacional quando comprovar a conclusão do curso de formação/especialização, posterior a conclusão do estágio probatório, mediante requerimento acompanhado de cópia autenticada do diploma ou certificado.

Art. 41 O benefício será devido desde a data do requerimento que trata o art. 40, e desde que preenchidos os requisitos do art. 34 dessa Lei.

## CAPÍTULO VI DO TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS SEÇÃO I

### TREINAMENTO

Art. 42 A Administração Municipal promoverá treinamentos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade de melhor capacitá-los para o desempenho de suas funções, visando dinamizar a execução das atividades nos diversos órgãos.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Art. 43 O treinamento será denominado interno quando desenvolvido pelo próprio Município, atendendo pela necessidade verificada, e externo, quando executado por órgão ou entidade especializada.

§1º Quando o evento for externo e a participação for solicitada pelo servidor, este deverá apresentar requerimento à Administração, com no mínimo de 10 (dez) dias de antecedência da realização do mesmo;

§2º Quando autorizado a participar de cursos, treinamentos e seminários, o servidor deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviar para a Secretaria Municipal da Fazenda relatório de prestação de contas, a contar do retorno às atividades.

§3º A falta ou o encaminhamento do relatório de prestação de contas fora do prazo de que trata o §2º desse artigo, implicará na obrigação do servidor beneficiário em devolver ao Município o investimento realizado no evento.

§4º O prazo de que trata o §2º desse artigo, não poderá ultrapassar o exercício financeiro.

## SEÇÃO II DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 44 O programa de qualificação dos servidores municipais, titulares de cargos de provimento efetivo e em comissão, tem como objetivo promover a sua capacitação e aperfeiçoamento, visando um melhor desempenho de suas funções.

Art. 45 Para a implementação do programa, a Administração Municipal:

I – oportunizará treinamentos, seminários e congressos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos;

II – autorizará ou determinará o afastamento do servidor, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de treinamentos, seminários e congressos realizados nas suas respectivas áreas de atuação;

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 Os atuais servidores concursados do Município, já ocupantes dos cargos públicos, observam as seguintes normas:

I – quanto à promoção horizontal para mudança de classe, será tomada por base a data de registro de última promoção de classe.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



II – para o servidor que após a vigência da presente lei, tiver período de registro em classe já superior a cinco anos passará imediatamente para classe seguinte, como estabelece o procedimento da promoção horizontal.

III – para o servidor que a partir da vigência da presente lei, já estiver na classe “C” com período superior a cinco anos, passará imediatamente para classe seguinte, como estabelece o procedimento da promoção horizontal.

Art. 47 O tempo remanescente ao mínimo exigido para o enquadramento, a que se referem os incisos II e III do art. 46, será desprezado para fins da próxima progressão.

*Parágrafo Único.* As vantagens concedidas aos servidores não darão direito a perceber vantagens retroativas anteriores a vigência da presente lei.

Art. 48 Passam a compor o quadro de cargos de provimento efetivo em extinção, após o enquadramento, as seguintes categorias funcionais, com o respectivo número de cargos e padrões de vencimento, sendo que a descrição dos cargos consta do ANEXO VI, que faz parte da presente Lei.

§1º- Dos cargos em extinção:

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO	
Denominação da Categoria Funcional	Padrão
Agente Administrativo Auxiliar	04
Assessor Administrativo	03
Auxiliar de Enfermagem	04
Chapeador	02
Digitador	02
Engenheiro Operacional	08
Mestre de Obras	04
Operador	05
Operário Especializado	01
Programador	05

§2º Os cargos que integram o quadro de que trata este artigo serão extintos, não podendo mais ser providos, na medida em que vagarem.

§3º Ficam assegurados aos servidores titulares de cargos em extinção todos os direitos e vantagens previstos nesta Lei, no Regime Jurídico e em leis esparsas.

§4º O padrão numérico indicado em cargo integrante das categorias funcionais previstas no quadro de cargos em extinção de que trata este artigo, corresponde ao valor do vencimento básico, conforme a Tabela constante no art. 33, da presente Lei.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Art. 49 O valor do Padrão de Referência Municipal – PRM, será fixado através de lei específica.

Art. 50 As gratificações e funções gratificadas de que trata este Plano de Carreira, serão devidas somente quando o servidor estiver no efetivo exercício do respectivo cargo, sendo assegurada sua percepção na gratificação natalina, férias, licença prêmio, nas licenças para tratamento de saúde até 30 (trinta) dias consecutivos, com exceção das moléstias de que trata o art. 24, §5º da Lei nº 3.611/12 (FABS), internação hospitalar, gravidez de alto risco e recuperação pós-cirurgias conforme laudo médico;

*Parágrafo Único.* A licença de saúde não contemplada no *caput*, que exceder a trinta dias, consecutivos ou não, incidirá na suspensão proporcional do pagamento da referida vantagem.

Art. 51 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 52 Revoga-se a Lei nº 1.259/1990 e suas alterações e a Lei nº 4.177/2017.

Art. 53 Os efeitos desta lei retroagem a 01 de abril de 2018.

Art. 54 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 25 de abril de 2018.

**JACQUES GONÇALVES BARBOSA**  
Prefeito

## SECRETARIA GERAL

**LEI Nº 4.217, DE 25 DE ABRIL DE 2018. DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior do Poder Executivo Municipal de Santo Ângelo, que é integrado pelos seguintes quadros:

- I – Quadro de Cargos de Provimento efetivo;
- II – Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.

*Parágrafo Único.* O Regime Jurídico dos profissionais do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior é o mesmo do Quadro dos Servidores do Magistério do Município, observadas as disposições específicas desta Lei e nos termos da lei 1.256/90 (Regime Jurídico).

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I – cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por Lei, denominação própria, número certo, retribuição pecuniária padronizada, escolaridade e carga horária;
- II – categoria funcional: o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituídas de padrões e classes, no caso dos cargos de provimento efetivo, nomeados através de concurso público;
- III – carreira: o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção horizontal;
- IV – padrão: a identificação numérica correspondente ao valor do vencimento básico dos integrantes das categorias funcionais;
- V – classe: a graduação de retribuição pecuniária dentro da categoria funcional, constituindo a linha de promoção horizontal;
- VI – promoção horizontal: a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

*Parágrafo Único.* A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; as peculiaridades dos cargos.

## **CAPÍTULO II**

### **DO QUADRO DOS CARGOS E PROVIMENTOS EFETIVOS**

#### **SEÇÃO I**

##### **DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS**

Art. 3º O quadro de cargos de provimento efetivo constituído pelos quadros de servidores de nível fundamental e médio e de servidores de nível técnico e superior é integrado pelas categorias funcionais elencadas no art. 4º e no art. 5º, com o respectivo número de cargos e padrões de vencimento.

#### **SUBSEÇÃO I**

##### **DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E TÉCNICO**

Art. 4º Integram o Quadro Funcional de Nível Fundamental, Médio e Técnico:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:		01/04/2018	01/01/2019	01/05/2019
DENOMINAÇÃO CATEGORIA FUNCIONAL	N.º DE CARGOS	PADRÃO	PADRÃO	PADRÃO
Agente Administrativo	60	05	05.1	05.1
Agente Municipal de Fiscalização de Transporte	30	05.2	05.2	05.2
Agente Tributário	10	05	5.1	5.1
Artesão	06	03	03	03
Atendente	40	03	03	03
Atendente de Farmácia	09	03	03	03
Auxiliar de Biblioteca	30	05	05	05
Auxiliar de Consultório Dentário	10	04	04	04
Auxiliar de Secretaria	50	05	05	05
Carpinteiro	07	03	03	03
Cozinheira	80	03	03	03
Eletricista	10	04	04	04
Ferreiro	05	03	03	03
Fiscal	05	04	05	05
Fiscal Ambiental	06	05.1	05.1	05.2
Fiscal de Obras e Posturas	15	04	05	05
Fiscal Sanitário	10	05.1	05.1	05.2
Fiscal Tributário Nível I	03	05	05	05
Gerente de Saúde	02	05.1	05.1	05.1
Instalador	04	03	03	03
Interprete de Libras	07	05	05	05
Mecânico	02	04	04	04
Monitor de Saúde e Assistência	18	03	03	03

Monitor Escolar para Educação Infantil	70	05	05	05
Motorista	60	04	04	04
Operador de Máquina	50	04	04	04
Operário	200	03	03	03
Padeiro	04	03	03	03
Pedreiro	30	03	03	03
Pintor	10	03	03	03
Servente	150	03	03	03
Técnico Ambiental	02	05	05	05
Técnico em Agropecuária	06	05	05	05
Técnico em Contabilidade	30	05	05.1	05.1
Técnico em Enfermagem	50	05	05	05
Técnico em Informática	10	05	05	05
Técnico em Radiologia	06	05.1	05.1	05.1
Técnico em Segurança do Trabalho	05	05	05.1	05.1
Telefonista	08	04	05	05
Tesoureiro	02	05	05.1	05.1
Vigilante	50	03	03	03

## SUBSEÇÃO II

### DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Art. 5º Integram Quadro Funcional de Nível Superior:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:		01/03/2018
DENOMINAÇÃO CATEGORIA FUNCIONAL	Nº DE CARGOS	PADRÃO
Administrador	15	09
Advogado	12	09
Analista de Compras	03	09
Analista de Sistemas	04	08
Arqueólogo	01	08
Arquiteto	05	09
Arquivista	02	09
Assistente Social	14	07
Bibliotecário	03	09
Biólogo	01	09
Biomédico	02	08
Cirurgião – Dentista	14	06
Contador	05	09
Economista	01	09
Enfermeiro	27	07
Engenheiro Agrônomo	02	08
Engenheiro Ambiental	02	09
Engenheiro Civil	15	09
Engenheiro Elétrico	02	09
Engenheiro Florestal	01	09
Engenheiro Sanitarista	01	09
Farmacêutico	08	08
Fisioterapeuta	06	06
Fiscal Tributário Nível II	02	09
Fonoaudiólogo	03	08
Instrutor de Libras	02	06
Médico	20	06
Médico Cirurgião Geral	02	06
Médico Clínico Geral Plantonista	20	06
Médico do Trabalho	04	09
Médico Pediatra	03	06
Médico Pediatra Plantonista	01	06
Médico Psiquiatra	03	09
Médico Traumatologista	02	06
Médico Veterinário	04	08
Nutricionista	06	07
Procurador	02	10
Psicólogo	21	07
Psicopedagogo	02	08
Químico	01	09
Tecnólogo em Gestão Ambiental	01	09
Terapeuta Ocupacional	01	06
Topógrafo	05	08

§1º O quadro de enquadramento funcional dos cargos de provimento efetivo, com a nomenclatura e padrão do cargo existente e a nova nomenclatura e padrão respectivo, bem como, os cargos novos criados na presente Lei, estão elencados no quadro de cargos constantes no ANEXO VII.

§2º Fica em extinção do atual Quadro os Cargos de Agente Administrativo Auxiliar – P-04; Assessor Administrativo – P-03; Auxiliar de Enfermagem – P-04; Chapeador – P-02; Digitador – P-02; Mestre de Obras – P-04; Operador – P-05; Operário Especializado – P-01; Programador – P-05; Engenheiro Operacional – P-08, criados no artigo 3º da Lei nº 1.259 de 09 de julho de 1.990, com redação dada pela lei nº 1.280 de 25 de julho de 1.990 e alterações.

## SUBSEÇÃO III

### DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL MÉDIO e Técnico – ESF

Art. 6º Integram o Quadro Funcional de Nível Médio e Técnico - ESF:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:		01/03/2018
DENOMINAÇÃO CATEGORIA FUNCIONAL	N.º DE CARGOS	PADRÃO

Auxiliar de Consultório Dentário – ESF	15	11
Técnico em Enfermagem – ESF	15	11

#### SUBSEÇÃO IV DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR – ESF

Art. 7º Integram o Quadro Funcional de Nível Superior - ESF:

Os Padrões passam a vigorar a partir de:		01/03/2018
DENOMINAÇÃO CATEGORIA FUNCIONAL	N.º DE CARGOS	PADRÃO
Médico – ESF	15	14
Cirurgião Dentista – ESF	15	13
Enfermeiro – ESF	17	12

#### SEÇÃO II DAS ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

Art. 8º As especificações das categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, são as diferenciações de cada uma relativamente às atribuições, o grau de responsabilidade, bem como a complexidade e às qualificações exigíveis para o provimento dos cargos.

Art. 9º A especificação de cada categoria funcional deverá conter:

I – denominação da categoria funcional;

II – padrão numérico;

III – descrição sintética a analítica das atribuições;

IV – condições de trabalho, incluindo a carga horária semanal e outras específicas;

V – requisitos para provimento, abrangendo o nível de formação, a idade e outros requisitos especiais de acordo com as atribuições do cargo.

Art. 10 As atribuições dos cargos funcionais criadas pela presente Lei são as que constituem o Anexo I e Anexo II, que é parte integrante desta Lei.

#### SEÇÃO III DO RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

Art. 11 O recrutamento para os cargos efetivos far-se-á na classe inicial de cada categoria funcional, mediante concurso público, nos termos disciplinado no Regime Jurídico dos Servidores do Município.

*Parágrafo Único.* No recrutamento para os cargos efetivos será exigido a idade mínima de 18 (dezoito anos).

Art. 12 O servidor que por força de concurso público, for provido em novo cargo integrante de outra categoria funcional, será enquadrado na classe “A” da respectiva categoria, iniciando nova contagem de tempo de exercício para fins de promoção horizontal.

#### SEÇÃO IV DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

##### SUBSEÇÃO I DA PROMOÇÃO HORIZONTAL

Art. 13 A promoção horizontal será realizada dentro da mesma categoria funcional, mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 14 Cada categoria funcional terá cinco classes, designada pelas letras A, B, C, D, E e F sendo esta última a classe final da carreira.

Art. 15 Cada cargo se situa dentro da categoria funcional, inicialmente na Classe “A” e a ela retorna quando vago.

Art. 16 As promoções horizontais obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e ao de merecimento.

Art. 17 O tempo de efetivo de exercício para fins de promoção será de:

I – da Classe “A” para Classe “B”, cinco anos;

II – da Classe “B” para Classe “C”, cinco anos;

III – da Classe “C” para Classe “D”, cinco anos;

IV – da Classe “D” para Classe “E”, cinco anos;

V – da Classe “E” para Classe “F”, cinco anos;

Art. 18 Merecimento é a demonstração positiva do servidor no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhes são cometidas, bem como pela sua assiduidade e disciplina.

*Parágrafo Único.* A promoção por merecimento será regulamentada por Decreto.

Art. 19 Suspendem a contagem do tempo para fins de promoção por Tempo de Serviço, no ano do exercício em que ocorrer as seguintes situações:

I – as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;

II – os períodos de licença para tratamento de saúde no que excederem a 30 (trinta) dias consecutivos ou intercalados, implicará na perda do ano na contagem para mudança de classe, prorrogando automaticamente o período aquisitivo, exceto as moléstias de que trata o art. 24, §5º da Lei nº 3.611/12 (FABS), internação hospitalar, gravidez de alto risco e recuperação pós-cirurgias conforme laudo médico;

III – os períodos de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, quando superior a trinta dias.

IV – Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a III deste artigo, retomará a contagem do prazo para promoção no exercício seguinte ao que cessar a causa de suspensão.

Art. 20 A promoção terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo de exercício exigido e implementar os demais requisitos dispostos nesta Lei.

*Parágrafo Único.* Os valores correspondentes às classes não são cumulativos, sendo que o maior exclui o menor.

## **SEÇÃO V** **DOS DEMAIS COMPONENTES DO SISTEMA REMUNERATÓRIO**

### **SUBSEÇÃO I** **GRATIFICAÇÕES PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE NATUREZA ESPECIAL**

Art. 21 Poderão ser concedidas aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo no exercício de atividade de natureza especial as seguintes gratificações, que serão pagas mensalmente:

§1º Gratificação especial pela designação de servidor para compor as seguintes Comissões permanentes:

I - Comissão de Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar e Especial, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

II - Comissão de Estágio Probatório, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

III - Comissão de Análise e Incorporação, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

IV - Comissão de Licitações, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§2º Gratificação especial pela designação de servidor para exercer a função de Pregoeiro, no valor correspondente a 03 (três) Padrões de Referência Municipal – PRM;

§3º Gratificação especial pela designação de servidor para integrar a Equipe de Apoio de Pregão, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§4º Gratificação especial pela designação do servidor titular de cargo de motorista para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Educação na condução de específica de veículo do Transporte Escolar, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal - PRM;

§5º Gratificação especial pela designação do servidor titular de cargo de motorista para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Saúde na condução de específica de veículo do Transporte de pacientes, no valor correspondente a 1,5 (um e meio) Padrão de Referência Municipal – PRM;

§6º As atividades de natureza especial a serem desempenhadas pelos servidores designados e previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo são as descritas no Anexo III, que é parte integrante desta Lei.

Art. 22 Fica vedada a acumulação das gratificações previstas no artigo 21 e descritas no Anexo III, podendo o servidor optar, quando a administração o indicar.

§1º A percepção de quaisquer das gratificações referidas no artigo 21 não exclui o pagamento de horário extraordinário e/ou adicional noturno, quando o servidor preencher os requisitos para a percepção dos referidos acréscimos, na forma da lei.

§2º Os servidores que forem designados para substituir os membros titulares nas atividades previstas no artigo 21, durante seus impedimentos e afastamentos legais, perceberão o valor da gratificação proporcional ao número de dias da substituição.

### **SUBSEÇÃO II** **Disposições gerais acerca das gratificações Pelo exercício de atividade De natureza especial**

Art. 23 A designação e a dispensa do servidor para quaisquer das situações previstas no artigo 21, deverá ser realizada por meio de Portaria.

Art. 24 Fica vedada a percepção das gratificações previstas no artigo 21, por servidores titulares de cargo em comissão.

## **CAPÍTULO III** **DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

### **SEÇÃO I** **DO QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Art. 25 É o seguinte o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da administração centralizada do Poder Executivo Municipal:

Nº de Cargos	Simbologia	Denominação	Código de Identificação
01	CC – 7	Chefe de Gabinete	17
01	CC – 6	Assessor Superior	16
01	CC – 6	Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito	16
01	CC – 6	Assessor de Comunicação Social	16
11	CC – 6	Diretor	16
01	CC – 6/FG – 4	Motorista do Gabinete do Prefeito	16
43	CC – 5	Coordenador de Unidade de Secretaria	15
01	CC – 4/FG – 4	Motorista do Gabinete do Vice-Prefeito	14
36	CC – 4	Assessor de Gabinete	14
27	CC – 3	Assessor Administrativo	13
01	FG – 7	Procurador Geral do Município	27

01	FG – 6	Coordenador da Unidade de Assuntos Jurídicos	36
01	FG – 6	Chefe do Setor de Contabilidade	36
01	FG – 6	Chefe do Departamento de Compras e Licitações	36
01	FG – 5	Chefe da Tesouraria	35
01	FG – 5	Assessor Jurídico do Departamento de Defesa do consumidor	35
03	FG – 5	Coordenador de Setor Administrativo	35
01	FG – 5	Coordenador da Fiscalização Ambiental	35
01	FG – 5	Coordenador da Fiscalização Sanitária	35
01	FG – 5	Coordenador da Saúde Mental	35
01	FG – 5	Coordenador do Departamento de Manutenção e Controle de Frotas	35
01	FG – 5	Coordenador do Setor de Folha de Pagamento	35
01	FG – 3	Secretário da Junta de Serviço Militar	33
40	FG – 3	Chefe de Setor	33
40	FG – 1	Chefe de Turma	31

§1º Fica criado no quadro de cargos e funções do Poder Executivo Municipal 15 (quinze) cargos de Secretário Municipal, remunerado na forma de subsídio.

§2º Os cargos de Secretário Municipal criados, serão distribuídos na estrutura da Administração Pública Municipal, conforme as necessidades de serviço.

Art. 26 O código de identificação estabelecido para o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas tem a seguinte interpretação:

§1º O primeiro elemento indica que o provimento processar-se-á sob a forma de:

- I - cargo em comissão ou função gratificada, quando representado pelo dígito 1 (um);
- II - cargo em comissão provido, preferencialmente por servidor efetivo, quando representado pelo dígito (2);
- III - função gratificada, quando representado pelo dígito 3 (três);

§2º O segundo elemento indica o nível de vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada.

§3º A preferência de que trata o §1º, II, deste artigo somente poderá deixar de ser observado se inexistir servidor;

- I – com formação específica exigida para o desempenho do cargo;
- II – com perfil profissional correspondente às exigências do cargo;
- III – que aceite o exercício do cargo.

§4º Ainda na hipótese do §1º, II, o servidor poderá optar pelo provimento sob a forma de função gratificada, correspondente ao cargo em comissão.

§5º O cargo de Secretário Municipal terá subsídios fixados pela Câmara Municipal, em Lei específica.

§6º A Função Gratificada (FG) de Secretário será de 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixado pela Câmara Municipal ao cargo de Secretário.

Art. 27 O provimento das funções gratificadas é privativo de servidor público efetivo do Município ou posto à disposição do Município sem prejuízo de seus vencimentos no órgão de origem.

Art. 28 A distribuição e lotação dos cargos em comissão e das funções gratificadas que trata o artigo 25, estão descritas no ANEXO IV, que é parte integrante desta Lei.

*Parágrafo Único.* Por necessidade e ajuste administrativo, quando necessário, poderá o Poder Executivo realocar a lotação nos órgãos da administração, dos respectivos cargos de provimento em comissão.

## SEÇÃO II DAS ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 29 As especificações das categorias funcionais do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas observam o previsto para os cargos de provimento efetivo disposto nos artigos 8º e 9º desta Lei.

§1º As atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas de direção, de chefia e de assessoramento são as previstas no Anexo V, que é parte integrante desta Lei.

§2º A lotação dos titulares dos cargos em comissão e funções gratificadas será estabelecida por Portaria do Executivo Municipal, de acordo com a estrutura administrativa do Município estabelecida no anexo IV da presente lei.

Art. 30 A carga horária para os cargos em comissão será estabelecida de acordo com a especificação das funções constantes do Anexo V, da presente Lei.

Art. 31 O número total de cargos em comissão fica limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) do total do número de cargos efetivos criados no quadro geral de servidores municipais, incluído o quadro do magistério público.

## SEÇÃO III DO PERCENTUAL DE CARGOS EM COMISSÃO A SEREM PREENCHIDOS POR SERVIDORES EFETIVOS

Art. 32 O percentual mínimo de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos da Administração Municipal, nos termos do inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, é fixado em 5% (cinco por cento) do total dos cargos em comissão, criados por esta lei, considerados inclusive os que tenham sido instituídos sob a forma alternativa de função gratificada.

§1º Serão computadas para efeito do atendimento do percentual mínimo o qual trata o *caput*, as designações para funções gratificadas que tenham sido criadas em paralelo a cargos em comissão, constantes no quadro de cargos do art. 25.

§2º Quando a aplicação do percentual fixado neste artigo resultar em número fracionado superior a 0,5 (cinco décimos), a fração será majorada até um inteiro.

§3º Quando a aplicação do percentual fixado neste artigo resultar em número igual ou menor do que 0,5 (cinco décimos), a fração será desprezada.

§4º Fica assegurada ao servidor, conforme sua conveniência, a opção pelo provimento sob a forma de função gratificada da mesma categoria funcional do cargo em comissão.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS TABELAS DE PAGAMENTO DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 33 Os vencimentos dos cargos e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos, pelo valor atribuído ao padrão referencial fixado através de legislação específica, conforme segue:

§1º – Cargos de provimento efetivo:

I - Quadro de Nível Fundamental, Médio e Técnico:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
01	3,49	3,52	3,57	4,17	4,35	4,53
02	3,52	3,61	3,70	4,33	4,52	4,72
03	3,60	3,69	4,00	4,64	4,90	5,11
04	3,69	4,00	4,35	5,10	5,32	5,56
05	5,36	5,85	6,37	7,52	7,87	8,26
05,1	5,67	6,18	6,74	7,98	8,35	8,73
05,2	7,14	7,80	8,52	10,11	10,59	11,09

II - Quadro de Nível Superior:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
06	6,99	7,62	8,33	9,89	10,35	10,85
07	7,95	8,69	9,50	11,30	11,89	12,38
08	9,05	9,91	10,84	12,89	13,50	14,15
09	10,33	11,31	12,38	14,74	15,45	16,20
10	11,79	12,90	14,14	16,86	17,66	18,53

III – Quadro de Nível Médio e Técnico - ESF:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
11	5,45	5,94	6,48	7,66	8,01	8,39
12	14,35	15,73	17,24	20,58	21,58	22,63

IV - Quadro de Nível Superior - ESF:

Padrão	Coeficiente Segundo a Classe:					
	A	B	C	D	E	F
13	20,26	22,23	24,39	29,16	30,59	32,09
14	42,15	46,30	50,88	60,94	63,96	67,12

V – Cargos de provimento em comissão:

PADRÃO	COEFICIENTE
CC-03	4,10
CC-04	6,40
CC-05	9,46
CC-06	13,36
CC-07	16,00
Secretário	SUBSÍDIO

VI – Tabela do Quadro das Funções Gratificadas:

PADRÃO	COEFICIENTE
FG-01	1,70
FG-03	2,05
FG-04	3,20
FG-05	4,73
FG-06	6,68
FG-07	8,00

§2º Os servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de auxiliar de biblioteca, auxiliar de secretaria, servente e cozinheira, lotados na Secretaria Municipal de Educação e em exercício em escolas consideradas de difícil acesso e provimento, terão direito à gratificação de acordo com a tabela a seguir:

Difícil Provimento I	- Escolas Municipais de Educação Infantil, Modalidade Creche: Armino Uzig e Wilson Gonçalves Ramos.	20% do seu padrão de vencimento básico
Difícil Provimento II	- Escolas Municipais de Ensino Fundamental: Antônio Manoel, Marcelino José Bento Champagnat e Cel Eurico de Moraes.	20% do seu padrão de vencimento básico
Difícil acesso	Escolas Municipais Sargento Pedro Krinski, Esther Schroeder e Nossa Senhora Aparecida;	30% do seu padrão de vencimento básico
	- Escola Municipal Nossa Senhora dos Navegantes.	40% do seu padrão de vencimento básico

§3º Os valores decorrentes da multiplicação do coeficiente pelo valor do Padrão Referencial Municipal – PRM, serão arredondados para a unidade da moeda nacional vigente.

## CAPÍTULO V

### DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO A FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 34 O servidor público estável, do Quadro de Servidores de Nível Fundamental, Médio, Técnico e Superior, que concluir nível de formação educacional superior à formação exigida para o cargo do concurso público em que for devidamente investido, terá direito a Gratificação de Formação Educacional, nos percentuais definidos nessa lei, calculados sobre o valor do Padrão Básico do cargo do servidor.

§1º O servidor somente terá direito à gratificação de formação educacional quando a conclusão do curso de formação ou especialização ocorrer após adquirir a estabilidade.

§2º Considera-se adquirida a estabilidade quando o servidor obtiver aprovação no estágio probatório, conforme art. 41, da Constituição Federal.

§3º Para os servidores do Quadro de Nível Superior, a Gratificação de Formação Educacional somente será concedida ao servidor que concluir curso de formação/especialização com correlação direta com o cargo público de provimento efetivo que tenha sido nomeado.

Art. 35 Será considerada como habilitação à Gratificação de Formação Educacional, desde que devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, a conclusão de formação/especialização de:

- I - Ensino Fundamental;
- II - Ensino Médio;
- III - Ensino Superior;
- IV - Pós-Graduação – Especialização Lato Sensu;
- V – Mestrado,
- VI – Doutorado.

Art. 36 A Gratificação de Formação Educacional, não será computada ao padrão de vencimento do servidor, tampouco gerando reflexos patrimoniais sobre as demais verbas recebidas pelo servidor.

Art. 37 A realização de novo curso com mesmo nível de formação/especialização a do curso anteriormente realizado e computado para fins da gratificação, não acarretará novo acréscimo ao salário.

Art. 38 Os servidores do Quadro do Magistério Público Municipal ficam excluídos dos benefícios estabelecidos no art. 34, considerando que são remunerados e regidos por Plano de Carreira próprio da categoria.

Art. 39 Ficam estabelecidos critérios e indexadores para fins de cálculos da Gratificação de Formação Educacional, como segue:

§1º A Gratificação de Formação Educacional será calculada de acordo com os seguintes percentuais:

I – Servidor concursado em nível de Ensino Fundamental Incompleto:

- a) na conclusão do primeiro grau, de 5% sobre seu padrão;
- b) na conclusão do segundo grau, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão do terceiro grau, de 15% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de especialização, de 20% sobre seu padrão;
- e) na conclusão de mestrado, de 25% sobre seu padrão;
- f) na conclusão de doutorado, de 30% sobre seu padrão.

II – Servidor concursado em nível de Ensino Fundamental Completo:

- a) na conclusão do segundo grau, de 6% sobre seu padrão;
- b) na conclusão do terceiro grau, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de especialização, de 14% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de mestrado, de 18% sobre seu padrão;
- e) na conclusão de doutorado, de 22% sobre seu padrão.

III – Servidor concursado em nível de Ensino Médio e Técnico:

- a) na conclusão do terceiro grau, de 7% sobre seu padrão;
- b) na conclusão de especialização, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de mestrado, de 13% sobre seu padrão;
- d) na conclusão de doutorado, de 16% sobre seu padrão.

IV – Servidor concursado em nível de Ensino Superior:

- a) na conclusão de especialização, de 8% sobre seu padrão;
- b) na conclusão de mestrado, de 10% sobre seu padrão;
- c) na conclusão de doutorado, de 12% sobre seu padrão.

§ 2º Os percentuais da gratificação de formação educacional previstos nesse artigo não são cumulativos.

§ 3º A concessão de adicional superior fará cessar o valor do adicional inferior.

§ 4º A Gratificação de Formação Educacional tem caráter remuneratório, incidindo contribuição previdenciária sobre os percentuais previstos nesse artigo.

§ 5º Os critérios e indexadores da gratificação de formação educacional são independentes.

§ 6º Não existe escalonamento nos incisos IV, V e VI, do art. 35 dessa Lei, sendo que a conclusão de um desses cursos não é pré-requisito para a conclusão de outro curso elencado nos incisos mencionados.

Art. 40 O servidor somente terá direito à Gratificação de Formação Educacional quando comprovar a conclusão do curso de formação/especialização, posterior a conclusão do estágio probatório, mediante requerimento acompanhado de cópia autenticada do diploma ou certificado.

Art. 41 O benefício será devido desde a data do requerimento que trata o art. 40, e desde que preenchidos os requisitos do art. 34 dessa Lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **TREINAMENTO**

Art. 42 A Administração Municipal promoverá treinamentos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade de melhor capacitá-los para o desempenho de suas funções, visando dinamizar a execução das atividades nos diversos órgãos.

Art. 43 O treinamento será denominado interno quando desenvolvido pelo próprio Município, atendendo pela necessidade verificada, e externo, quando executado por órgão ou entidade especializada.

§1º Quando o evento for externo e a participação for solicitada pelo servidor, este deverá apresentar requerimento à Administração, com no mínimo de 10 (dez) dias de antecedência da realização do mesmo;

§2º Quando autorizado a participar de cursos, treinamentos e seminários, o servidor deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviar para a Secretaria Municipal da Fazenda relatório de prestação de contas, a contar do retorno às atividades.

§3º A falta ou o encaminhamento do relatório de prestação de contas fora do prazo de que trata o §2º desse artigo, implicará na obrigação do servidor beneficiário em devolver ao Município o investimento realizado no evento.

§4º O prazo de que trata o §2º desse artigo, não poderá ultrapassar o exercício financeiro.

#### **SEÇÃO II**

#### **DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 44 O programa de qualificação dos servidores municipais, titulares de cargos de provimento efetivo e em comissão, tem como objetivo promover a sua capacitação e aperfeiçoamento, visando um melhor desempenho de suas funções.

Art. 45 Para a implementação do programa, a Administração Municipal:

I – oportunizará treinamentos, seminários e congressos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos;

II – autorizará ou determinará o afastamento do servidor, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de treinamentos, seminários e congressos realizados nas suas respectivas áreas de atuação;

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 46 Os atuais servidores concursados do Município, já ocupantes dos cargos públicos, observam as seguintes normas:

I – quanto à promoção horizontal para mudança de classe, será tomada por base a data de registro de última promoção de classe.

II – para o servidor que após a vigência da presente lei, tiver período de registro em classe já superior a cinco anos passará imediatamente para classe seguinte, como estabelece o procedimento da promoção horizontal.

III – para o servidor que a partir da vigência da presente lei, já estiver na classe “C” com período superior a cinco anos, passará imediatamente para classe seguinte, como estabelece o procedimento da promoção horizontal.

Art. 47 O tempo remanescente ao mínimo exigido para o enquadramento, a que se referem os incisos II e III do art. 46, será desprezado para fins da próxima progressão.

*Parágrafo Único.* As vantagens concedidas aos servidores não darão direito a perceber vantagens retroativas anteriores a vigência da presente lei.

Art. 48 Passam a compor o quadro de cargos de provimento efetivo em extinção, após o enquadramento, as seguintes categorias funcionais, com o respectivo número de cargos e padrões de vencimento, sendo que a descrição dos cargos consta do ANEXO VI, que faz parte da presente Lei.

§1º- Dos cargos em extinção:

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO	
Denominação da Categoria Funcional	Padrão
Agente Administrativo Auxiliar	04
Assessor Administrativo	03
Auxiliar de Enfermagem	04
Chapeador	02
Digitador	02
Engenheiro Operacional	08
Mestre de Obras	04
Operador	05
Operário Especializado	01
Programador	05

§2º Os cargos que integram o quadro de que trata este artigo serão extintos, não podendo mais ser providos, na medida em que vagarem.

§3º Ficam assegurados aos servidores titulares de cargos em extinção todos os direitos e vantagens previstos nesta Lei, no Regime Jurídico e em leis esparsas.

§4º O padrão numérico indicado em cargo integrante das categorias funcionais previstas no quadro de cargos em extinção de que trata este artigo, corresponde ao valor do vencimento básico, conforme a Tabela constante no art. 33, da presente Lei.

Art. 49 O valor do Padrão de Referência Municipal – PRM, será fixado através de lei específica.

Art. 50 As gratificações e funções gratificadas de que trata este Plano de Carreira, serão devidas somente quando o servidor estiver no efetivo exercício do respectivo cargo, sendo assegurada sua percepção na gratificação natalina, férias, licença prêmio, nas licenças para tratamento de saúde até 30 (trinta) dias consecutivos, com exceção das moléstias de que trata o art. 24, §5º da Lei nº 3.611/12 (FABS), internação hospitalar, gravidez de alto risco e recuperação pós-cirurgias conforme laudo médico;

*Parágrafo Único.* A licença de saúde não contemplada no *caput*, que exceder a trinta dias, consecutivos ou não, incidirá na suspensão proporcional do pagamento da referida vantagem.

Art. 51 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 52 Revoga-se a Lei nº 1.259/1990 e suas alterações e a Lei nº 4.177/2017.

Art. 53 Os efeitos desta lei retroagem a 01 de abril de 2018.

Art. 54 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 25 de abril de 2018.

**JACQUES GONÇALVES BARBOSA**

Prefeito

Publicado por:  
Carla Janice Timm  
Código Identificador:81900E02

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO FINAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2017. PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2017.**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES – 26/04/2017.**

O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito, Daiçom Maciel da Silva, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, destinado a para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de saúde, conforme especificações abaixo:

**\*\* Através da ata ficam atualizadas as quantidades registradas, conforme especificados abaixo:**

**AMBIENTUUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
001	41.450	Litros	Lixo grupo A (biológico) e grupo E (perfurocortante). Sendo necessário o serviços de coleta, transporte, tratamento térmico e destinação final de resíduos contaminados gerados nos Postos de Saúde do Município. Por um período de 12 meses, devendo a coleta ser realizada conforme periodicidade descrita abaixo no Posto de Saúde Central, Posto de Saúde Menino Deus, Posto de Saúde Bom Princípio, Posto de Saúde Várzea, Posto de Saúde de Agasa, Posto de Saúde Miraguaia e Posto de Saúde Vila Palmeira.	R\$ 1,46
002	2.100	Litros	Lixo grupo B(Químico). Sendo necessário o serviços de coleta, transporte, tratamento térmico e destinação final de resíduos contaminados gerados nos Postos de Saúde do Município. Por um período de 12 meses, devendo a coleta ser realizada semanalmente no Posto de Saúde Central.	R\$ 3,62
002	3.000	Litros	Lixo classe I- grupo A. Sendo necessário o serviços de coleta, transporte, tratamento térmico e destinação final de resíduos contaminados gerados no Canil Municipal, considerando o total de 1040 litros a serem coletados. Por um período de 12 meses, devendo a coleta ser realizada mensalmente no Canil Municipal.	R\$ 4,53

**OBSERVAÇÃO:** \* A ata na íntegra estará disponível no Mural desta Prefeitura Municipal e no site [www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br). Santo Antônio da Patrulha, 26 de abril de 2018.